PREFEITURA DE MANAUS

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DA MANAUS PREVIDÊNCIA (COMINV) DO ANO DE 2019.

Aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, às nove horas, reuniu-se na sede da Manaus Previdência o Comitê de Investimentos. Na oportunidade, participaram da reunião o Presidente, Flávio Rodrigues de Castro, e os membros, Caio Cesar Andrade, Fernando Krichanã dos Santos, Suani dos Santos Braga, e, na qualidade de convidada, a Diretora de Administração e Finanças, Lyvia Belém Martins Guimarães. Os itens constantes da pauta foram: **(1)** Apresentação de dados do Relatório de Investimentos referente ao mês de março/2019, e; **(2)** Execução da Política de Investimentos para maio de 2019. Verificada a existência de quórum, deu-se início aos trabalhos. O Presidente do Comitê, Sr. Flávio de Castro, agradeceu a presença de todos e informou que trouxe para uma análise prévia os dados e resultados que constarão no Relatório Mensal de Investimentos de março de 2019, o qual será submetido à aprovação na próxima reunião. Começou a apresentação pelo gráfico que representa a evolução patrimonial da carteira total de investimentos. Verificou-se que o mês de março fechou com R$ 1,26 bilhão. Desse valor, R$ 966 mi são referentes ao Plano Previdenciário (PPREV), R$ 37,5 milhões são do Plano Financeiro (PFIN), e R$ 22 milhões correspondem à Taxa de Administração (TADM). Sobre esta última, o Presidente ressaltou que já vem sendo discutido pelo Conselho Municipal de Previdência (CMP) da Autarquia a possibilidade de devolução proporcional da soma de recursos advindos do pagamento da taxa de administração do PPREV e do PFIN aos respectivos planos. A Diretora de Administração de Finanças, Lyvia Guimarães, pediu a palavra e esclareceu que em verdade a possibilidade ainda está sendo estudada pelo Conselho Diretor (Codir) da Manausprev, e que a próxima etapa seria justamente a elaboração de um estudo a ser apresentado no CMP. O Presidente agradeceu a explanação, e deu continuidade à leitura dos dados. Deteve-se no gráfico que representa a composição da carteira de ativos pelas classes de investimentos, e chamou atenção para a expressiva posição da carteira vinculada a ativos indexados à inflação. Dando seguimento, e em se tratando da porção da

carteira composta por fundos problemáticos, e que atualmente se encontram fechados para resgate, no mês de março esses fundos representavam 8,18% do total da carteira, o equivalente a R$ 83,8 mi. Avançando na análise dos gráficos, quanto à rentabilidade do mês, a carteira total rentabilizou 0,32%, a carteira sem os fundos problemáticos 0,33%, já a meta atuarial do período foi de 1,19% - em razão do IPCA de março ter sido muito elevado, alcançando a marca de 0,75% -. No acumulado do ano, a carteira total está rendendo 4,07%, já a carteira sem os fundos problemáticos teve um retorno de 4,38%, a meta atuarial acumulada foi de 2,95%, o CDI 1,51%, e o Ibovespa 8,56% - pontuou que boa parte da rentabilidade advinda da bolsa decorre do mês de janeiro, uma vez que em fevereiro e em março a bolsa se manteve praticamente estagnada -. Dando seguimento, abriu o gráfico que evidencia a rentabilidade apresentada nos últimos 12 meses. Primeiramente, a meta atuarial acumulada desse período foi de 10,77%, enquanto que a carteira sem fundos problemáticos rentabilizou 10,65%, e, por fim, a carteira total rendeu 9,34% e o CDI 6,34%. Sobre o percentual de 9,34%, disse que esse retorno ainda é reflexo dos meses críticos de maio e junho do ano passado, que impactaram de modo muito negativo e sistêmico todo o portfólio de investimentos. Dando prosseguimento, expôs o gráfico que traz a rentabilidade acumulada desde janeiro de 2016, ano em que a Superintendência de Investimentos (SUPINV) realizou a segregação da carteira em fundos saudáveis e fundos problemáticos, para um melhor gerenciamento dos ativos. Em primeira análise, a rentabilidade da carteira desconsiderando os fundos estressados no período retromencionado foi de 55,86%, comparada a uma meta atuarial de 39,09%, já a carteira total ficou em 30,97% e o CDI em 35,47%. Ressaltou o impacto das provisões dos fundos problemáticos no ano de 2018 e, especialmente, no início de 2017, período em que houve mais de R$ 75 milhões de provisões desses fundos. Em seguida, abriu a tabela que traz informações sobre retorno, patrimônio líquido atual, índice *Sharpe*, volatilidade e liquidez de cada um dos ativos do portfólio, iniciando pelos títulos públicos e fundos pré-fixados. Avançando, perpassou pelos títulos públicos e fundos atrelados à inflação, fundos indexados à taxa DI, fundos de renda fixa, fundos de crédito privado, fundos de ações, fundos multimercados, fundos de investimentos em

participações, fundos imobiliários – há apenas 01 (um) na carteira –, fundos de investimentos em direitos creditórios e títulos da dívida agrária. Em seguida, abriu a tabela que traz a composição por volume e o percentual de participação de cada ativo na carteira total de investimentos. Disse ainda que a banda saudável fechou o mês de março com R$ 942 milhões, e a banda dos fundos estressados fechou com aproximadamente R$ 84 milhões. Prosseguindo para o final do relatório, passou pela tabela que traz o histórico dos fundos problemáticos da carteira, desde a sua aplicação inicial até a posição atualizada do mês de março. Para encerrar a apresentação, abriu a tabela que trata da Execução da Política de Investimentos. Dando seguimento, abriu o Relatório Mensal de Diligências de fevereiro de 2019. Informou que não houve mudanças substanciais do último relatório para este, tendo sido feita tão somente uma atualização e a inclusão do FIP Geração de Energia. Relembrou aos membros que a gestão desse fundo foi assumida pela Brasil Plural, e a intenção da gestora é dar início ao processo de desinvestimento, realizando a venda dos ativos que pertencem à *holding* Bolt Energias, empresa cujo fundo possui 100% de participação acionária. Seu encerramento está previsto para o mês de julho, todavia, esse prazo possivelmente será dilatado por mais um ano e meio, aumentando desse modo as chances da gestora arrendar todos os ativos. Ao encerrar a exposição, submeteu à aprovação o Relatório Mensal de Diligências de fevereiro de 2019. Não havendo nenhuma ressalva por parte dos membros presentes, considerou-se **aprovado** por unanimidade Relatório Mensal de Diligências de fevereiro de 2019. Dando seguimento à reunião, adentrou a mais um tópico não constante da pauta. Comunicou que, no ano passado ou no final de 2017, alguns vereadores do município de Manaus interpelaram uma Representação junto ao TCE/AM, solicitando esclarecimentos quanto à gestão dos investimentos da Manaus Previdência no período de mandato da senhora Danielle Vasconcelos Corrêa Lima Leite, ex-Diretora Presidente do Manausprev, Maria Irlândia Alves de Araujo, ex-Diretora de Administração e Finanças do Manausprev. Foi formalizado o processo TCE/AM nº 5.642/2016 (processo apenso 4.123/2012), e do julgamento foi exarada a Decisão nº 180/2018-TCE-TRIBUNAL PLENO, em que a Corte de Contas julgou procedente a representação formulada pelos Senhores Bibiano Simões

Garcia Filho, Francisco Ednaldo Praciano, José Ricardo Wendling, Rosilene da Silva Souza e Waldemir José da Silva, em razão de irregularidades na gestão do MANAUSPREV, quanto a aplicações financeiras irregulares realizadas no período sob a gestão da senhora Danielle Vasconcelos Corrêa Lima Leite, exercício 2009 à 2011; Aplicou ainda multa à senhora Danielle Leite e à Maria Irlândia, esta por corresponsabilidade nos atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial em razão das irregularidades evidenciadas nos itens do Laudo Técnico Conclusivo constante do supramencionado processo do TCE. A Manaus Previdência então foi notificada desse julgamento, por meio do Ofício nº 845/2019-SEPLENO/DICOMP, datado de 27/02/2019. Ademais, o Tribunal de Contas, no ensejo, apresentou algumas orientações para o Comitê de Investimentos, conforme extrai-se do Memorando nº 029/2019-PROJUR/MANAUSPREV, de 11/04/2019, ora exposto pelo Presidente "10.5 – Recomendar aos atuais Gestores Conselho Diretor e Comitê de Investimentos do Manaus Previdência – Manausprev: 10.5.1 – Que observem as condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência na aplicação dos recursos do MANAUSPREV; 10.5.2 – Que providenciem relatórios detalhados **no mínimo trimestralmente**, sobre a rentabilidade, os riscos das diversas modalidades de operações realizadas nas aplicações dos recursos do MANAUSPREV e a aderência à política anual de investimentos e suas revisões. (**grifo nosso**)". Continuando, ressaltou que essas práticas já constituem a rotina da Manaus Previdência, sendo os relatórios de investimentos, inclusive, de frequência mensal; e as análises de cenário realizadas sempre antes da tomada de decisão de movimentação de recursos. Compartilhou ainda com os membros que trouxe o caso para conhecimento de todos também por recomendação da Procuradoria Jurídica da Autarquia. Para finalizar, quanto à execução da Política de Investimentos para maio de 2019, propôs a manutenção da composição da carteira atual. Todos os presentes acompanharam o voto do Presidente. Sendo esses os assuntos da pauta deu-se por encerrada a reunião, às 10h00 (dez horas), da qual, eu, Flávio Rodrigues de Castro, participei e lavrei a presente Ata que assino com os demais conselheiros.

PREFEITURA DE
MANAUS

PARTICIPANTES DA REUNIÃO

Flávio Rodrigues de Castro
(Presidente do Comitê de Investimentos)

Caio Cesar Andrade
(Membro)

Fernando Krichanã dos Santos
(Membro)

Suani dos Santos Braga
(Membro)

PREFEITURA DE MANAUS

Convocação nº 08/2019 – Cominv / Manaus Previdência

Manaus, 23 de abril de 2019.

Assunto: Convocatória para 7ª Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos.

Senhores Membros,

Temos o prazer de convidar Vossas Senhorias para participarem da 7ª Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos da Manaus Previdência, que será realizada no dia **25.04.2019**, quinta-feira, na sede da Manaus Previdência, localizada na Av. Constantino Nery, 2480 – Chapada, **às 9 horas.**

Segue abaixo o assunto da pauta:

1. Relatório de Investimentos referente a março/2019;
2. Execução da Política de Investimentos referente a maio/2019.

Respeitosamente,

FLAVIO RODRIGUES DE CASTRO:70423920278

Assinado de forma digital por FLAVIO RODRIGUES DE CASTRO:70423920278
Dados: 2019.04.23 10:02:43 -04'00'

Flávio Rodrigues de Castro
Superintendente de Investimentos

PREFEITURA DE
MANAUS

Comitê de Investimentos da Manaus Previdência
COMINV

Registro de Presença da 7ª Reunião Ordinária
Data: 25.04.2019

Nº	PARTICIPANTES	ASSINATURA
01	Flávio Rodrigues de Castro *(Presidente)*	
02	Caio César Andrade *(Membro)*	
03	Carolinne Nunes dos Santos *(Membro)*	-
04	Fernando Krichanã dos Santos *(Membro)*	
05	Janio José Paes Guimarães *(Membro)*	-
06	Marcelo Magaldi Alves *(Membro)*	-
07	Suani dos Santos Braga *(Membro)*	